

Discurso do presidente da AMATRA IV, Daniel Nonohay

XXIII Encontro dos Juizes do Trabalho do RS

A mim, transitoriamente desempenhando a função de Presidente da nossa Associação, toca a responsabilidade, mas, antes, o prazer de dar-lhes boas-vindas ao XXIII Encontro dos Juizes do Trabalho do Rio Grande do Sul.

Este encontro, que está na sua IV “edição internacional”, oferece a oportunidade única de, em um ambiente isolado e íntimo, unirmos a discussão acadêmica ao convívio com os nossos colegas.

O exercício da magistratura proporciona um rico manancial de experiências, que se somam nos sucessivos casos diariamente enfrentados, num fluxo constante e sempre repleto de surpresas, ditado pela diversidade da natureza humana.

Esta fonte inesgotável de fatos, casos, incômodos e divertimentos exige, como forma de mantermos nossa sanidade e serenidade, o compartilhamento com outros que passam por situações similares e são tomados pelas mesmas satisfações e inquietações da prestação jurisdicional.

Infelizmente, nossas contingências pessoais e profissionais não permitem que, cotidianamente, possamos nos reunir e trocar estas experiências. Os Encontros nada mais são do que uma forma mínima de suprir esta carência.

O presente Encontro tem como tema central o Tempo e o Direito, uma escolha que reputei muito apropriada pela comissão científica.

Conforme ressaltai na última Revista da AMATRA, distribuída hoje a vocês, uma das modificações que mais impacta na vida contemporânea, é a alteração na nossa percepção da passagem do tempo e do seu aproveitamento.

As escalas antigas não mais representam a forma como mensuramos o tempo. Hoje, ele não mais é dividido em meses, dias e horas. É, sem que percebamos, medido em minúsculas frações. Um “nanotempo”, por assim dizer, no qual podemos realizar pequenas atividades: ler um texto curto ou de forma apressada, mandar um e-mail, assinar um despacho, dar oi para a família, dar um tchau para a família.

Nossa pauta de audiências, notem, prevê, a cada cinco minutos, o deslocamento da nossa atenção para uma nova lide. Dez minutos, se for uma audiência mais complexa.

Viramos o coelho de Alice, de toga, relógio numa mãos, e um notebook, com processo eletrônico, na outra.

Esta modificação na percepção do tempo é compartilhada pela partes e pelos procuradores. Falar em audiências que demoram meses, sentenças que tardam dias e processos com anos de tramitação soa, hoje, como confissão de ineficiência e burocracia.

Nos últimos dias, vimos a história desfilarmos à nossa frente no ressurgimento dos protestos populares. Não podemos nos enganar. Estes protestos têm como principais destinatárias a ineficiência e ineficácia de todas as autoridades constituídas, incluindo o Poder Judiciário. Nosso dilema é conciliar o nosso “nanotempo” e este novo conceito de

justiça imediata, sem prejuízo à nossa saúde, inclusive mental.

Sem esta conciliação, perderemos o que de mais caro há para um juiz do trabalho
– a sua legitimidade social.

Um bom Encontro para todos.

Obrigado.